

Capítulo 5

BALANÇO E CONTA DE RESULTADOS

Capítulo 5 - Balanço e Contas de Resultados

Análise Financeira

Resultado

Em 31 de Dezembro de 2008, o resultado do Banco de Cabo de Verde apurado de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ascende a 29.166 milhares de escudos negativos, evidenciando um decréscimo significativo face a 2007. Esta evolução ficou a dever-se, essencialmente, à moderação do ritmo de crescimento da margem financeira relacionada com a queda das taxas de juro no mercado internacional, aos prejuízos em operações financeiras resultantes da efectivação de operações cambiais em dólares americanos, que conheceu uma depreciação nominal até Setembro de 2008 e à desvalorização de títulos emitidos por não residentes, esta associada à crise económica e financeira internacional desencadeada nos EUA no verão passado.

Balanço

Em 31 de Dezembro de 2008, o Activo líquido do Banco de Cabo Verde atinge 41.420.720 milhares de escudos e evidencia um acréscimo de 4,66% face a 2007, o qual se deve, particularmente, à evolução das reservas cambiais. Estas ascendem a 31.158.427 milhares de escudos, cerca de 5,61% acima do montante alcançado em 2007, reflectindo os influxos externos provenientes de desembolsos de Parceiros Estratégicos de Desenvolvimento e de Organismos Financeiros Internacionais, no quadro da consolidação de projectos de investimento e da ajuda orçamental, a compra de divisas às instituições de crédito, no âmbito de execução da política monetária e a apreciação nominal do USD verificado no final do exercício.

Repercutindo as alterações cambiais acima referidas, as responsabilidades para com residentes crescem na ordem dos 4,81%, retratando o acréscimo de 9,63% das responsabilidades para com as instituições financeiras, já que as responsabilidades para com o Estado, não obstante os desembolsos externos, acusam um decréscimo de 18,01%, associado aos pagamentos correntes e ao resgate/reembolso de parte de dívida pública interna.

As responsabilidades para com as instituições financeiras traduzem depósitos das instituições de crédito, decorrentes da constituição das disponibilidades mínimas de caixa, os depósitos *overnight* e as operações passivas de política monetária no combate à liquidez excedentária no sistema. Agregam, ainda, os depósitos de instituições financeiras não bancárias, designadamente, da SISP, das Agências de Câmbio e da Bolsa de Valores.

Balço Comparativo 2008/2007

Milhares de escudos									
Rubricas	Notas	01-01-2007	31-12-2007	31-12-2008	Rubricas	Notas	Variação 08/07		Variação 08/07
							Absoluta	%	
Activos					Passivos				
Reservas Cambiais					Notas e moedas em circulação	15			
Disponibilidades e outras aplicações	3	22.532.139	29.504.675	31.158.427	Responsabilidades para com o exterior	16			
Crédito a não residentes	4	12.216.362	17.189.668	19.316.586					
Títulos estrangeiros	5	9.243.716	11.308.428	10.775.380	Responsabilidade para com residentes				
Activos sobre Organismos Internacionais	6	1.071.729	1.006.280	1.066.461	Responsabilidades p/c/instituições financeiras	17			
Outros activos sobre o exterior		332	298	0	Responsabilidades p/com o Estado	18			
Crédito Interno		625.418	582.974	560.083	Responsabilidade para com residentes MN				
Crédito a IF	7	19.132	3.336	1.467	Responsabilidades p/c/instituições financeiras	17			
Crédito ao Estado	8	98.541	98.541	98.541	Responsabilidades p/com o Estado	18			
Crédito a outras entidades	9	507.745	481.097	460.075					
Títulos Nacionais	10	8.815.855	8.889.887	9.082.142	Outros passivos				
Investimentos em associadas	11	65.351	75.754	114.284	Responsabilidades p/c/Fundo de pensões	19			
Medalhistica/Numismática	12	105.618	112.827	107.971	Responsabilidades p/c/Prémios de antiguidade	20			
Activos Tangíveis	13	252.895	252.466	263.709	Outras responsabilidades para c/fundo	21			
Activos Intangíveis	13	13.358	21.593	17.131	Exigibilidades diversas	22			
Devedores e outros activos		0	0	0	Contas de regularização passiva	23			
Contas de regularização activas	14	49.325	134.797	116.973	Provisões				
					Capital				
					Reservas				
					Resultado do exercício				
					Resultados transitados				
					Aprovados				
					Aguardando aprovação de contas				
					Diferenças de alteração de políticas contabilísticas				
Total activo		32.459.959	39.574.973	41.420.720	Total passivo e capitais próprios				

Demonstração de Resultados 2008/2007

Milhares de escudos					
Rubricas	Notas	31-12-2007	31-12-2008	Variação 08/07	
				Absoluta	%
Juros e proveitos equiparados	25	(1.340.205)	(1.472.298)	(132.093)	9,9
Juros e custos equiparados	26	273.399	351.302	77.902	28,5
Margem Financeira		(1.066.806)	(1.120.996)	(54.190)	5,1
Rendimentos de títulos	27	(144.719)	(170.535)	(25.816)	17,8
Comissões e outros proveitos e lucros	28	(20.748)	(23.988)	(3.241)	15,6
Comissões e outros custos bancários	29	32.950	34.487	1.536	4,7
Lucros em operações financeiras	30	(20.656)	(105.156)	(84.500)	409,1
Prejuízos em operações financeiras	31	249.673	874.350	624.677	250,2
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		0	0	0	0,0
Resultados em empresas associadas	32	(10.403)	(38.531)	(28.128)	270,4
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	33	138.584	(116.669)	(255.253)	-184,2
Resultados de alienação de outros activos	34	35	326	291	100,0
Outros resultados de exploração	35	8.508	5.348	(3.159)	-37,1
Produto Bancário		233.225	459.633	226.407	97,1
Custos com emissão e destruição de notas e moedas	36	19.858	64.239	44.381	223,5
Custos com pessoal	37	476.125	495.804	19.679	4,1
Fornecimento e serviços de terceiros	38	153.994	134.856	(19.138)	-12,4
Depreciações e amortizações	13	34.912	37.990	3.078	8,8
Provisões para riscos de crédito (líquidas de reposições e anulações)	9	(25.692)	(40.558)	(14.866)	57,9
Recuperação de crédito, juros e despesas	9	(3.876)	(1.802)	2.074	-53,5
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0	0	0	0,0
Resultado de Exercício	24	(178.259)	29.166	207.425	-116,4
Realizado		(249.344)	(465.164)	(215.820)	86,6
Não realizado		71.085	494.330	423.245	595,4

Mapa de Variação de Capitais Próprios

	Milhares de escudos					
	Saldo em ano N-1	Aumentos	Pagamento dividendos	Transferências de ganhos não realizados para reservas	Outras transferências¹	Saldo em ano N
Capital Social	(200.000)					(200.000)
Reserva legal/geral	(241.332)	0		(29.898)		(271.231)
Reservas de Reavaliação	(500.587)	(147.316)				(647.902)
Resultantes da valorização ao justo valor	(512.034)	(146.051)				(658.085)
Associadas às diferenças cambiais	11.447	(1.265)				10.183
Resultantes de valorização ao custo						
Outras reservas						
Total Reservas	(741.919)	(147.316)		(29.898)		(919.133)
Resultado transitado	904.301	0				904.301
Resultado do exercício N-1	(178.259)	(0)	44.847	74.746		(58.666)
Resultado do exercício N		29.166				29.166
Capitais Próprios	(215.876)	(118.150)	44.847	(44.847)		(244.331)

¹ Incluem a constituição e reposição de provisões que não cumprem com os requisitos das IFRS, conforme a decisão do CA.

Comentário: na ausência de coluna específica, a transferência dos ganhos não realizados para reservas deverá ser incluída na coluna de transferências.

Comentário: na ausência de coluna específica, a "constituição" e "reposição" de provisões que não cumprem os requisitos das IFRS, devem ser incluídas na colunas de transferências.

**Anexos às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2008**

(Valores expressos em milhares de escudos cabo-verdianos = ECV)

Nota 1: Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), em conformidade com o artigo 58º nº 2 da Lei Orgânica do BCV (Lei n.º 10/VI/2002, de 15 de Julho).

1.2 - Comparabilidade das informações

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007/2008 foram convertidas para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, nos termos previstos na IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, sendo o impacto da introdução destas normas apresentado na nota 23.

1.3 - Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras IFRS são as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco segue o princípio contabilístico de especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas que são registadas à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

b) Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos do Banco em moeda estrangeira são convertidos para escudos cabo-verdianos com base nas taxas de câmbio oficiais em vigor na data das demonstrações financeiras.

Os custos e proveitos em moeda estrangeira são por sua vez convertidos com base nas taxas de câmbio em vigor à data de liquidação das operações.

c) Operações em moeda estrangeira e apuramento de resultado cambial

O Banco apenas realiza operações cambiais à vista sendo estas registadas contabilisticamente na data de liquidação. As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de escudos cabo-verdianos são registadas à taxa de câmbio da transacção. No caso de compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de outra moeda estrangeira, são registadas em escudos cabo-verdianos pelo contravalor em escudos cabo-verdianos da moeda vendida na data de contrato à taxa de câmbio oficial ("spot").

O apuramento de ganhos ou perdas cambiais de operações realizadas em moeda estrangeira é efectuado no final de cada mês e por referência ao custo médio (CM). De acordo com este método, o câmbio médio ponderado de cada divisa é apenas alterado pelos movimentos de entradas de divisas em moeda estrangeira. Os resultados das vendas são determinados pelo diferencial entre o valor de transacção e o custo médio ponderado apurado em final de mês.

No final do mês correspondente o custo médio da posição cambial da moeda é afectado, pelo valor das divisas compradas.

d) Reconhecimento de ganhos e perdas não realizados em activos e passivos em moeda estrangeira.

De acordo com as IFRS, os ganhos e as perdas, realizados, provenientes da variação do justo valor são levados às contas de resultados realizados.

Os ganhos e as perdas, não realizados, provenientes da variação do justo valor, são reconhecidos nos resultados não realizados, com excepção dos relativos aos activos classificados como disponíveis para venda.

Para os activos financeiros categorizados como disponíveis para vendas, os ganhos e perdas, não realizados, provenientes de alterações no justo valor são reconhecidos em reservas de reavaliação.

Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade (ver parágrafo 59.), a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio deve ser removida do capital próprio e reconhecida nos lucros ou prejuízos ainda que o activo financeiro não tenha sido desreconhecido. Na alienação desses activos, os ganhos ou perdas também são transferidos para a conta de resultados.

As perdas não realizadas para essas categorias de activos que excederem os ganhos não realizados são reconhecidas em resultados realizados.

Os ganhos e as perdas, realizados ou não, provenientes de alterações na taxa de câmbio são levados às contas de resultados, realizados ou não, de modo a se cumprir com o disposto na IAS 21 - Efeitos de alteração em taxas de câmbio, com excepção dos ganhos e perdas não realizados de instrumentos não monetários de activos financeiros disponíveis para venda, que são reconhecidos em reservas.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados nas mesmas proporções da participação do Banco, enquanto que as perdas não realizadas são também eliminadas mas, apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

e) Activos financeiros

Os activos devem ser registados ao preço de transacção e contabilizadas nas contas ao *clean price* (preço de transacção excluindo quaisquer abatimentos ou juros corridos mas incluindo os custos de transacção inerentes ao preço).

As comissões de custodiam e de gestão, de conta corrente e outros custos indirectos não são considerados custos de transacção, sendo inscritos na conta de resultados. Também não devem ser considerados como parte integrante do custo médio de determinado activo.

As aquisições e alienações desses activos são reconhecidos na data da negociação (*trade date*) ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo e são desreconhecidos quando:

- (i) Expiram os direitos contratuais do Banco de receber os seus fluxos de caixa;

(ii) O Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados á sua detecção ou

(iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção, tenha transferido o controlo sobre os activos.

A classificação dos activos financeiros depende da intenção subjacente à aquisição do investimento e é definida no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui (i) activos financeiros detidos para negociação e (ii) activos financeiros ao justo valor através de resultados - activos designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor.

Activos financeiros de negociação são títulos transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou compra no curto prazo.

Os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Quando a variação do justo valor do instrumento derivado detido para negociação for negativa, este deverá ser registado na conta do passivo de negociação.

O Banco não tem instrumentos financeiros derivados

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos monetários e não monetários, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos detidos até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos nas reservas de reavaliação, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas são transferidos para resultados.

As variações cambiais associadas a esta categoria de activos são reconhecidas também em reservas de reavaliação no caso de instrumentos não monetários e em resultados no caso de instrumento monetários.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados enquanto que os dividendos resultantes de um instrumento não monetário disponível para venda são reconhecidos nos lucros ou prejuízos quando o direito da entidade de receber for estabelecido.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade definida que uma entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Os investimentos detidos até maturidade são mensurados ao custo amortizado, isto é, deduzidos de prémios ou adicionados de descontos, deduzidos de perdas de imparidade. Os prémios ou descontos são tratados como juros, sendo amortizados à taxa efectiva até à maturidade desses títulos.

Créditos e saldos a receber

Activos financeiros mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O custo amortizado é a quantia pela qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução quanto à imparidade.

O método de juro efectivo é o método de calcular o custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e de imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

f) Participações financeiras

As participações financeiras são classificadas como disponível para venda, o que implica o seu reconhecimento ao justo valor, com as variações do mesmo incluindo as variações cambiais, a serem reconhecidas na reserva de reavaliação do justo valor.

Os dividendos são reconhecidos na data em que são recebidos.

Na valorização das participações do Banco, dada a ausência de cotação e de modelos de valorização, utilizou-se uma *proxy* - Método de Equivalência Patrimonial - na determinação da estimativa do justo valor das participações, com recurso ao relatório e contas das participadas.

Entende-se pelo método de equivalência patrimonial o método contabilístico em que um investimento é inicialmente reconhecido ao custo e ajustado posteriormente pela percentagem detida nos capitais próprios da participada. Os resultados do investidor incluem a sua participação proporcional nos resultados da participada.

g) Imparidade

O Banco deverá avaliar com regularidade se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos. Para activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação e, (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser estimado com razoabilidade.

Considera-se indicador de imparidade quando o decréscimo significativo for superior a 20% ou quando este perdurar por um período prolongado (> 6 meses).

No que se refere aos investimentos detidos até maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso os activos tenham uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual determinada com base nas regras de cada contrato. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir e essa diminuição estiver objectivamente relacionada com o evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reserva correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecido em resultados é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida de instrumentos monetários é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com o evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos não monetários não podem ser revertidas.

Para activos categorizados como créditos e saldos a receber, as perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

h) Investimento em associadas

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Banco adquire a influência significativa (poder de participar nas decisões relativas às políticas financeiras e operacionais da empresa mas não no controlo dessas políticas - controlo definido de acordo com IAS 27) até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Banco iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Banco tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

i) Activos intangíveis e activos fixos tangíveis

Os activos intangíveis e fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade, com excepção dos equipamentos e mobiliários transitados para o Banco de Cabo Verde aquando do processo de cisão em 1993, tendo sido avaliados nessa altura.

O custo de aquisição corresponde ao preço de compra acrescidos de eventuais gastos suportados, directa ou indirectamente, na colocação do bem no local do destino.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas em base duodecimal segundo o método de quotas constantes, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais. Com excepção das alterações às taxas de amortização definidas na Circular Interna (CI) n.º 96/93, de 27 de Maio de 1993 (decorrentes do processo de separação do Banco Comercial do Atlântico) para bens reavaliados, veículos ligeiros/pesados-mistos e equipamentos informáticos, a legislação aplicável no que respeita às taxas de amortização, está contemplada na Portaria n.º 3/84 de 28 de Janeiro e na NAP 4/89. Considera-se que estas taxas não diferem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	Anos
• Imóveis	25
• Obras em imóveis	25
• Equipamento informático e de escritório	4 a 5
• Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
• Viaturas	4

Os terrenos e património artístico não são amortizados.

Na ausência de uma avaliação, o valor dos terrenos foi calculado com base na estimativa fiscal, correspondente a 25% do total do valor dos edifícios ao serviço próprio.

O activo intangível do Banco é composto essencialmente por despesas com a aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estas imobilizações são amortizadas no período de 3 anos pelo método das quotas constantes.

O imobilizado em curso encontra-se registado pelo valor total dos custos já incorridos pelo Banco. O imobilizado em curso é transferido para imobilizado firme quando começa a ser efectivamente utilizado, iniciando-se a sua amortização.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é o mais elevado entre o valor de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

j) Economato

Os bens de economato são registados ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas, utiliza-se o FIFO. Actualmente, esta conta não é utilizada para o fim em que fora criada uma vez que os bens de consumo corrente adquiridos são distribuídos directamente às unidades orgânicas.

k) Locação financeira

A locação é classificada como financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade, caso contrário é considerado como operacional.

Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros é feito com base numa taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo/passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e, (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Às datas de referência, o Banco detinha apartamentos em número de dois, situados em Achada S. António, cujos contratos configuram uma locação financeira.

l) Benefícios a empregados

Pensões

Os empregados do Banco encontram-se abrangidos por dois sistemas diferenciados: (i) um sistema que corresponde a trabalhadores no activo admitidos até 01/01/93 que beneficiam de um plano de benefícios definido e, (ii) um sistema que engloba os trabalhadores no activo admitidos após essa data, beneficiando de um plano de contribuição definida.

A IAS 19 define que nos planos de contribuição definida, a empresa paga contribuições fixas para uma entidade separada e não terá qualquer obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não tiver activos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relacionados com os serviços prestados no exercício corrente e em exercícios anteriores.

Os planos de benefícios definidos são planos de benefícios pós emprego que não sejam de contribuição definida e definem critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependentes de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição, entres outros.

As responsabilidades com pensões de reforma devem ser calculadas anualmente, com base num estudo actuarial.

Os ganhos ou perdas actuarias determinadas anualmente, resultantes de (i) diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e, (ii) alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou passivo e o seu acumulado é imputado a resultados.

Os custos de serviços corrente e juros devem ser considerados como custos do exercício (custo com pessoal) e os desvios actuariais são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento das responsabilidades decorrentes da reforma antes do empregado atingir a idade estipulada.

Benefícios de saúde

O cálculo e registo de benefícios das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Prémios de antiguidade

Em conformidade com a NAP nº12/2005, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores no activo, quando estes completam 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, prémio de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

Os prémios de antiguidade são contabilizados de acordo com a IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, com base no estudo actuarial.

O aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados é reconhecido em resultados.

m) Despesas com fabrico de notas e moedas

As despesas com emissão de notas e moedas são reguladas pela estrutura conceptual não qualificando como activo em conformidade com nenhuma norma, nomeadamente a IAS 38.

Existem três opções para o reconhecimento das despesas com a emissão:

- (i) reconhecer como custo quando são liquidadas ao fornecedor (quando as notas e moedas são recebidas);
- (ii) Reconhecer como custo quando as notas e moedas são colocadas em circulação (será necessário definir um mecanismo de registo e controlo das despesas associadas a cada lote de notas e moedas) e,
- (iii) Amortizar durante o período de vida estimado das notas e moedas (opção não recomendada pela consultoria).

Dada a dificuldade em implementar o segundo método às datas de referência por inexistência de informação ou informação incompleta relativa à quantidade de notas e moedas em circulação (opção recomendada pela consultoria de modo a imputar os custos de fabrico à medida em que as notas e moedas são emitidas/postas em circulação), o Banco reconhece as despesas com emissão de notas e moedas nos resultados, à medida em que são incorridas.

n) Notas e moedas em circulação

O valor de notas em circulação corresponde à diferença entre os montantes de notas e moedas emitidas as existências em caixa no Banco de Cabo Verde e as em trânsito.

As moedas retiradas de circulação, enquanto responsabilidade do Banco perante os detentores das mesmas, são relevadas numa conta de Exigibilidades diversas, até que sejam atingidos os respectivos prazos de prescrição.

Os custos inerentes à produção de notas e moedas são amortizados de modo escalonado pelo período de vida útil estimado das mesmas.

o) Reservas

De acordo com o n.º3 do artigo 57º da Lei Orgânica o Banco deverá constituir uma Reserva Geral, à qual afectará no final de cada exercício financeiro: (i) um quarto do resultado líquido, quando a Reserva Geral não exceder o capital mínimo realizado ou (ii) um sexto do resultado líquido quando a Reserva Geral exceder o capital mínimo e não exceder quatro vezes o seu capital realizado.

Caso o Banco incorra em prejuízo num qualquer exercício, o mesmo deve ser imputado à Reserva Geral e se esta for inadequada para cobrir o montante total do prejuízo, o saldo do prejuízo deverá ser levado para a conta de resultados transitados, a qual deverá ser coberta pelo Governo, num prazo máximo de 60 dias, através da entrega de fundos, títulos negociáveis datados e nos termos, condições e câmbios determinados pelo mercado de montante ou montantes necessários para corrigir o défice.

2.4 - Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos e, dos proveitos e custos.

Dada a inexistência de estudos actuariais relativos às responsabilidades para com fundos de pensões, prémios de antiguidade e outras responsabilidades para com fundos, considerou-se uma taxa anual de crescimento das responsabilidades de 3%, para pensões de reforma e de sobrevivência.

Nota 2 – Disponibilidade e outra aplicações

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

Quadro 50 - Disponibilidades e outra aplicações

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Disponibilidades (i)	2.471.657,7	881.687,2
Depósito a ordem no estrangeiro	2.434.249,4	860.008,2
Notas e moedas estrangeiras em caixa	37.408,3	21.679,0
Aplicações (ii)	16.844.928,5	16.307.981,3
Total	19.316.586,2	17.189.668,4

Fonte: BCV

(i) O acréscimo verificado em 2008, deve-se, fundamentalmente, aos influxos externos provenientes de desembolsos de Parceiros Estratégicos de Desenvolvimento e de Organismos Financeiros Internacionais, no âmbito da consolidação de projectos de investimento e da ajuda orçamental, da compra de divisas às instituições de crédito, enquadrada no âmbito de execução da política monetária, bem como do efeito da apreciação nominal do dólar americano no último trimestre do ano, pese embora os pagamentos externos efectuados.

(ii) Inclui um depósito de garantia afecto a investimentos em futuros financeiros, no montante de CVE 5.843 milhares.

A rubrica “Depósitos à ordem no estrangeiro” refere-se, essencialmente, a depósitos junto de Bancos Centrais e Comerciais sedeados na União Europeia e nos Estados Unidos da América e discriminam-se, por moeda, como segue:

Quadro 51 - Depósitos à ordem no estrangeiro

	(milhares de escudos)	
Depósitos à ordem	2008	2007
USD	1.482.333,0	541,0
EUR	944.640,0	855.032,0
DKK	4.228,0	55,0
NOK	1.639,0	74,0
CHF	709,0	614,0
GBP	346,0	3.363,0
SEK	258,0	7,0
XOF	-	162,0
Juros DO	95,8	160,0
Total	2.434.248,8	860.008,0

Fonte: BCV

Os saldos destas contas encontram-se actualizados ao câmbio médio de divisas em 31 de Dezembro de 2008.

A rubrica “Aplicações a curto prazo no estrangeiro – ME” em Dezembro de 2008, decompõe-se por moeda como segue:

Quadro 52 - Aplicações a curto prazo no estrangeiro - ME

	(milhares de escudos)	
	Valor ME	Contravalor
Aplicações		
EUR	113.067.741,4	12.467.414,0
USD	50.027.125,0	3.912.772,0
GBP	3.724.230,4	421.529,0
Juros de aplicações		43.213,6
Total		16.844.928,6

Fonte: BCV

Nota 3 – Créditos a não Residentes

Quadro 53 - Créditos a não Residentes

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Banco Nacional de Cuba		
Linha de crédito	107.302,0	102.963,0
Acordo técnico	31.112,0	29.855,0
Provisões	138.414,0	132.818,0

Fonte: BCV

A rubrica “Crédito a não residentes” refere-se a créditos concedidos no âmbito de acordos de pagamentos entre o Governo de Cabo Verde e o Governo de Cuba. A variação registada em 2008 é explicada essencialmente pela flutuação do câmbio do dólar americano, encontrando-se o saldo provisionado a 100%.

Nota 4 – Carteira de Títulos Estrangeiros

Quadro 54 - Carteira de títulos estrangeiros

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Activos financeiros detidos para negociação		
De instituições financeiras		
Obrigações	10.775.379,7	11.308.427,8
Total	10.775.379,7	11.308.427,8

Fonte: BCV

A gestão da carteira de títulos estrangeiros é efectuada pelo Banco Central do Luxemburgo ao abrigo de um acordo celebrado com o Banco de Cabo Verde em 14 de Setembro de 2002.

A totalidade da Carteira de Obrigações e Outros títulos de Rendimento Fixo é denominada em euros e vence juros a taxas que variam entre 3,50% e 6,50%. No período, a carteira acusa um decréscimo de 4,71% face a 2007, o qual se deve à desvalorização dos títulos em resultado da crise económica e financeira internacional.

Nota 5 – Activos sobre organismos internacionais

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

Quadro 55 - Activos sobre organismos internacionais

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Participações em outros organismos internacionais MN		
Fundo Monetário Internacional	982.055,2	934.280,6
Participações em outros organismos internacionais ME		
Afreximbank - Bank Africaine d Export- Import		
Realizado	112.809,1	108.199,8
Não realizado	-46.927,8	-45.030,6
Direitos de Saque especiais	18.524,8	8.830,7
	1.066.461,2	1.006.280,4

Fonte: BCV

A participação do BCV em organismos financeiros internacionais compreende quotas do Fundo Monetário Internacional - FMI (1,40% do património do Fundo).

A variação ocorrida no exercício de 2008 é explicada pelo reajustamento da dívida do Estado junto do FMI (e comunicado ao Banco) referente à reavaliação cambial das contas detidas pelo FMI no Banco em moeda nacional.

O saldo referente à participação no Afreximbank, representa o contravalor em milhares de ECV, da participação de USD 1.000.000 à taxa de câmbio que vigorava em 31 de Dezembro de 2008. Deste total, apenas USD 400.000 se encontram realizados. Essas participações não representam controlo ou influência significativa nas decisões desses organismos, o que determina sua contabilização de acordo com a NIC 39.

Esses activos são classificados como Disponível para Venda, sendo seu valor de mercado expresso em escudos.

A rubrica “Direitos de saque especiais” refere-se ao depósito no Fundo Monetário Internacional (FMI) correspondente a SDR 153.772.

Nota 6 - Crédito a Instituições Financeiras

Quadro 56 - Crédito a Instituições Financeiras

	2008	2007
Instituições Bancárias		
Facilidade permanente de Liquidez - Cedência	1.438,7	-
Outros créditos	-	-
Instituições ã Bancárias		
Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento	28,3	3.336,2
Total	1.467,0	3.336,2

Fonte: BCV

O valor referente à Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos diz respeito aos suprimentos concedidos à referida entidade.

Nota 7 - Crédito ao Estado

Quadro 57 - Crédito ao Estado

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Financ. Estado- Conta corrente	-	-
Financ. Estado- Participação Org. Intern. - Protocolo 2/2004	98.540,8	98.540,8
	98.540,8	98.540,8

Fonte: BCV

O saldo desta rubrica, em 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

A rubrica “Participação em organismos internacionais” refere-se a créditos concedidos ao Estado em escudos cabo-verdianos, para aquisição de quotas em organismos internacionais (BAD, BM, IDA). Estes créditos não vencem juros e foram concedidos por prazo indeterminado.

Nota 8 - Crédito a Outras Entidades

Quadro 58 - Crédito a Outras Entidades

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Crédito ao pessoal		
Crédito habitação (i)	329.407	347.926
Outros créditos	99.278	93.656
Crédito e Juros vencidos	563.974	604.531
Imparidade para credito e juros	(563.974)	(604.531)
	428.686	441.582
IFH	29.846	37.904
Leasing Financeiro	1.543	1.611
	460.075	481.097

Fonte: BCV

(i) - vencem juros à taxa de 2,50%

O BCV concede crédito aos seus empregados abaixo das taxas de mercado, nomeadamente crédito à habitação, ao consumo e à saúde. De acordo com as IFRS os empréstimos concedidos abaixo da taxa de mercado devem ser registados no momento inicial ao justo valor. Por se tratar de um crédito sem risco e regulado no âmbito da norma de aplicação permanente em vigor na Instituição, considerou-se que o valor nominal do crédito é o justo valor do empréstimo.

Desta forma, os ajustamentos não têm impacto nos capitais, uma vez que a diferença entre juros nominais e juros de mercado é reconhecida nos proveitos de juros e nos custos com pessoal (por via da taxa de juro efectiva).

A rubrica “Outros créditos” inclui crédito ao consumo concedido aos funcionários em forma de adiantamento de vencimentos, no valor de ECV 85.845 milhares (vencem juros à taxa de 3,75%), crédito ao pessoal para finalidades diversas no montante de ECV 10.634 milhares e adiantamento por motivos de saúde e cumprimento de obrigações fiscais no

valor de ECV 2.797 milhares e ECV 2 milhares, respectivamente (sem qualquer remuneração).

A rubrica “Crédito e juros vencidos” reflecte créditos concedidos antes de 1 de Setembro de 1993, que dada a sua situação de mora, não transitaram para o Banco Comercial do Atlântico, aquando da cisão com o Banco de Cabo Verde. Os referidos créditos encontram-se totalmente provisionados.

Com vista à recuperação destes créditos, o BCV constituiu uma unidade operacional específica (URC – Unidade de Recuperação de Créditos) a qual foi extinta em 1999, passando essa responsabilidade para o Departamento Jurídico, que a partir de Abril de 2003 transferiu para o controlo do Departamento de Administração e Serviços de Apoio, a parte relativa aos créditos negociados e com pagamento regular. Em Novembro de 2005, o Conselho de Administração do Banco através da CI 84/05 destacou um técnico assessor para, em regime de exclusividade e por um período de 6 meses se ocupar da carteira de crédito mal-parado em conformidade com os Termos de Referência.

Em 2008, o montante de capital recuperado ascendeu a ECV 43.437 milhares (2007: ECV 25.692 milhares), sendo o valor dos juros cobrados de ECV 1.802 milhares (2007: ECV 3.876 milhares) (ver nota 20).

A sub-rubrica “IFH” reflecte o empréstimo concedido a esta entidade o qual é remunerado à taxa de 8,5%, sendo amortizado anualmente em prestações constantes de ECV 11.803 milhares. Este empréstimo foi concedido antes do processo de cisão ocorrido em 1993, onde foram destacadas do Banco, as vertentes comercial e desenvolvimento.

A rubrica “Leasing Financeiro” refere-se aos dois apartamentos arrendados, situados em Achada S. António, cujos contratos configuram uma locação financeira.

Nota 9 – Títulos Nacionais

O saldo desta rubrica, em 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

Quadro 59 - Títulos Nacionais

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Do Estado de Cabo Verde		
Obrigações de Tesouro	3.930.951,5	3.851.366,5
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (i)	5.064.051,7	4.967.268,6
Direito a receber dos 5% do CV Trust Fund	87.138,5	71.251,8
De outros residentes	0,0	13.880,0
Imparidade acumulada	0,0	-13.880,0
Total	9.082.141,7	8.889.886,9

Fonte: BCV

Os títulos nacionais encontram-se registados ao justo valor e categorizados como disponíveis para venda.

A rubrica “Obrigações do Tesouro”, no valor inicial de ECV 3.640.000 milhares de escudos, reflecte diversas obrigações emitidas em Agosto de 1999, pelo Estado Cabo-Verdiano com o objectivo de liquidar os créditos titulados por Protocolos existentes em 31

de Dezembro de 1998. As diversas emissões detidas em carteira têm vencimento anual a partir de 2009 até 2021, de cerca de ECV 280.000 milhares, sendo remuneradas à taxa do rendimento anual das aplicações dos recursos do *Internacional Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund*, que em 2008 foi estimada em 3,96% (2007: 3,38%).

A rubrica “Títulos Consolidados de Mobilização Financeira” (TCMF) releva os títulos emitidos pelo International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund (CVDTF) criados ao abrigo da lei n.º 69/V/98, no âmbito do processo da redução do peso da dívida interna e alavancagem da economia cabo-verdiana. Estes títulos são remunerados à taxa resultante de 90% dos resultados líquidos do CVDTF, que em 2008 foi estimada em 3,683% (2007: 2,989%).

Ao abrigo da Lei 69/98, o BCV reconheceu o direito a receber 5% do rendimento do CVTF durante o período de existência de Fundo. De acordo com as IFRS, este direito cumpre com os requisitos de um activo financeiro e deve ser classificado como Disponível para venda.

A participação que o Banco possui na SOCAPESCA, no montante de ECV13.880 milhares, encontra-se em situação de imparidade, dado que a empresa, se encontra em fase de liquidação.

Nota 10 – Investimentos em Associadas

O saldo desta conta refere-se à participação do Banco de 40% no capital social da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento e encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial.

Nota 11 – Medalhística e Numismática

O saldo desta conta refere-se às existências de medalhas e moedas comemorativas emitidas pelo Banco de Cabo Verde. No exercício verifica-se um decréscimo de 4,30% face ao ano de 2007 o qual se deve à venda de numismática aos coleccionadores.

Nota 12 – Imobilizado

Em 31 de Dezembro de 2008, o movimento desta rubrica apresenta-se como segue:

Quadro 60 - Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis

(milhares de escudos)					
	31-12-2007	31-12-2008			
	Valor Líquido	Valor Bruto	Amortiz. Acumulada	Amortiz. Exercício	Valor Líquido
Activos Fixos Tangíveis	252466	706942	443233	32430	263709
Imóvel	179631	369280	195081	11137	174199
De serviço Próprio	142115	275874	136588	8534	139287
Terrenos	56811	56811		0	56811
Edifícios	46165	170432	130914	6648	39517
Grandes reparações e beneficiações	39139	48632	5674	1886	42959
Outros imóveis	37516	93406	58493	2603	34912
Equipamento	60534	324815	248152	21292	76663
Mobiliário e material	18298	93431	74659	4359	18773
Máquinas e ferramentas	9636	61071	52387	2686	8684
Equipamento informático	14270	74984	52499	7908	22486
Instalações interiores	6829	66328	47403	2633	18925
Material de transporte	10964	28203	20879	3641	7323
Equipamento de segurança	480	554	129	55	425
Outro equipamento	57	244	197	9	47
Património artístico	4624	4624			4624
Activos tangíveis em curso	7677	8223			8223
Outros activos tangíveis	0	0			0
Activos Intangíveis	21593	51793	34662	5561	17131
Software	10272	40568	34662	5561	5906
Activos intangíveis em curso	11321	11225			11225
Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis	274060	758735	477896	37990	280840

Fonte: BCV

Os Activos fixos tangíveis e activos intangíveis registam uma variação positiva face a 2007, retratando, essencialmente, aquisição e instalação de sistema de conferência para sala de formação/conferência, de central de PBX e, ainda, a aquisição de diversos equipamentos informáticos.

Nota 13 - Contas de Regularização Activas

Quadro 61 - Contas de Regularização Activas

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Contas internas de regularização	105.946	121.920
Proveitos a receber	5.284	5.751
Despesas com custo diferido	2.899	2.022
Outras contas de regularização activa	2.844	5.104
Total	116.973	134.797

Fonte: BCV

A rubrica “contas internas de regularização” inclui, particularmente, as operações cambiais a liquidar - compra antecipada de divisas da SISF, no montante de CVE 103.565 milhares, conforme deliberação superior.

A rubrica “Proveitos a receber” inclui, outros valores activos em moeda nacional, no valor de ECV 5.258 milhares.

A rubrica “Despesas com custo diferido” inclui essencialmente, custos com economato, no valor de ECV 1.467 milhares e outras despesas antecipadas de fornecimentos de terceiros, no valor de ECV 1.401 milhares.

A rubrica “Outras contas de regularização” representa saldos a regularizar provenientes de diversas operações activas.

Nota 14 - Notas e Moedas em Circulação

Quadro 62 - Notas e Moedas em Circulação

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Notas e moedas emitidas	-14.706.048,6	-12.722.364,9
Notas em caixa	4.399.747,4	2.787.884,8
Moeda metálica em caixa	14.031,1	9.564,1
Notas e moedas em trânsito	53,4	53,4
Total	-10.292.216,8	-9.924.862,6

Fonte: BCV

A rubrica “Notas e moedas em circulação” corresponde à diferença entre o valor das notas e moedas emitidas e o valor das notas e moedas existentes na Tesouraria e em trânsito.

Nota 15 - Responsabilidades para com o Exterior

Quadro 63 - Responsabilidades para com o Exterior

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Responsabilidades para com organismos internacionais	-1.120.016,5	-940.613,9
Empréstimos e outros créditos	-1.041.455,4	-1.083.640,9
Total	-2.161.471,9	-2.024.254,9

Fonte: BCV

A rubrica “Responsabilidades para com organismos internacionais” representa depósitos à ordem em moeda nacional de Organismos Internacionais junto do Banco (ver nota 5). No período, não acusa um acréscimo de 19,07% o qual se deve à constituição de depósitos, no âmbito do protocolo da CEDEAO sobre *prélèvement communautaire*, equivalente a 0,5% sobre as importações - receitas aduaneiras, no valor de CVE 131.628 milhares, bem como o ajustamento da participação do Estado no FMI, referente aos exercícios de 2004 e 2005.

A rubrica “Empréstimos e outros créditos” decompõe-se como segue:

Quadro 64 - Empréstimos e outros créditos

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Fundo Monetário Internacional (FMI)	-966.764,6	-1.010.109,4
Atribuição cumulativa - FMI	-74.690,8	-73.531,5
Total	-1.041.455,4	-1.083.640,9

Fonte: BCV

A rubrica “Fundo Monetário Internacional (FMI)” regista um financiamento de médio e longo prazo concedido pelo FMI, no âmbito do *Poverty Reduction and Growth Facility* e em 31 de Dezembro de 2008 apresenta um saldo de DTS 8.025 milhares. No período, acusa um decréscimo de 4,29% face a 2007, traduzindo os efeitos da amortização da segunda, terceira, quarta e quinta prestação do empréstimo obtido.

A rubrica “Atribuição cumulativa – FMI”, releva a responsabilidade referente à atribuição dos direitos de saque especiais perante o FMI (DTS 620.000), decorrente da participação naquele organismo internacional. A evolução no período, deve-se, essencialmente, à actualização cambial, tendo o USD como moeda de referência.

Nota 16 – Responsabilidades para com Instituições Financeiras

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

Quadro 65 - Responsabilidades para com Instituições Financeiras

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Depósitos de instituições bancárias		
Depósitos em moeda nacional (MN)	-14.295.838,7	-13.961.946,0
Operações passivas de política monetária	-6.929.905,5	-6.578.536,7
Facilidades permanentes de liquidez - absorção	-1.280.000,0	0,0
Depósitos em moeda estrangeira (ME)	-26.239,1	-3.671,6
Depósitos de instituições não bancárias ((MN)	-565,3	-8.460,0
Total	-22.532.548,5	-20.552.614,3

Fonte: BCV

A rubrica “Depósitos em MN” inclui os depósitos constituídos pelas instituições financeiras que servem o duplo objectivo de conta de liquidação e de retenção das disponibilidades mínimas de caixa exigidas pela legislação.

A rubrica “Depósitos em ME” releva o contravalor dos depósitos à ordem, em moeda estrangeira, constituídos pelas instituições financeiras no Banco.

Nota 17 – Responsabilidades para com o Estado

Quadro 66 - Responsabilidades para com o Estado

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Depósito em moeda nacional (MN)	-2.835.927,1	-3.737.129,1
Credores em moeda nacional	0,0	-1.500,0
Depósito em moeda estrangeira (ME)	-728.833,5	-609.017,8
Conta Investimento	-728.522,8	-608.719,7
Cabo Verde Trust Fund	-310,7	-298,1
Total	-3.564.760,6	-4.347.647,0

Fonte: BCV

A rubrica “Conta Investimento” representa o contravalor de diversos depósitos à ordem em moeda estrangeira relativos a Projectos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras, nomeadamente, o Banco Mundial, Fundos Desafios do *Millenium Challenge Corporation*, no âmbito do programa de ajuda financeira e capacitação institucional implementado pelo Estado Norte Americano, entre outros.

Nota 18 – Responsabilidades para com o Fundo de Pensões

O Banco assegura o pagamento de pensões de reforma e de sobrevivência aos trabalhadores e cônjuges que tenham entrado no Banco até 31 de Dezembro de 1993 e compartici-

pa nas despesas de tratamento no exterior, incorridas por motivo de saúde, relativamente aos trabalhadores abrangidos por este plano.

De acordo com a IFRS 19, o Banco deve registar nas suas contas o valor actual das responsabilidades com os benefícios acima descritos relativas aos serviços passados e presentes, mediante estudos actuariais.

Na transição, tendo em conta a insuficiência do fundo, o valor do défice apurado com base no estudo actuarial de 2006, foi registado no passivo por contrapartida de resultado transitado e nos exercícios seguintes, a variação por contrapartida de resultado do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2007/2008, dada a inexistência de estudos actuariais, considerou-se uma taxa anual de crescimento das responsabilidades de 3%.

Nota 19 – Responsabilidades para com Prémios de Antiguidade

O BCV concede aos seus empregados prémios de antiguidade, quando estes perfazem 10, 20 e 30 anos de actividades no Banco, um, dois e três salários efectivos, respectivamente. Estes prémios atribuídos configuram um benefício de longo prazo e como tal devem ser registados no passivo pelo valor actual das responsabilidades com serviços passados.

Na ausência de um estudo actuarial, e estimativa foi calculada com base na informação de mercado em Portugal, um *benchmark* que fosse aplicado ao BCV.

O Reconhecimento inicial deste passivo é efectuado por contrapartida do resultado transitado (à data de transição) e nos exercícios posteriores, por contrapartida de resultado do exercício. Os pagamentos dos prémios de antiguidade são efectuados por contrapartida do passivo (pagamentos não têm impacto em resultados).

Nota 20 – Outras Responsabilidades para com o Fundo

Trata-se de uma reserva constituída por deliberação do Conselho de Administração para fundo para obras sociais conforme a figura que aparece na Lei Orgânica do BCV. O fundo foi criado com o objectivo de conceder créditos aos colaboradores, custear festas, eventos e outros custos. As dotações para este fundo decorrem das deliberações do CA na distribuição de resultado de forma a assegurar a prossecução das respectivas finalidades. No entanto, desde a constituição da reserva esta não foi utilizada para os fins a que se destina, tendo os custos com festas e eventos sido suportados pelo Banco e os créditos a colaboradores a serem concedidos directamente pelo BCV não obstante a NAP nº 12/2005 que regula a gestão do Fundo social.

Desta forma, na transição e em exercícios seguintes, o valor do fundo foi reclassificado para esta conta. Em decorrência (criação de um Fundo autónomo), os custos com festas, eventos e outros devem ser registados por contrapartida do Fundo. Igualmente, os empréstimos concedidos a colaboradores ao abrigo do “Fundo” devem ser concedidos pelo “Fundo” logo a disponibilização de fundos, recebimento de capital e juros devem ser efectuados por contrapartida do “Fundo”.

No caso existir futuramente uma estimativa de aplicações de resultados para o fundo estes deverão ser especializados por contrapartida de custos com pessoal.

Nota 21 - Exigibilidades Diversas

A rubrica “Exigibilidades diversas” inclui (i) ECV 57.534 milhares relativos às notas retiradas de circulação, cuja responsabilidade do Banco perante os detentores das mesmas permanece até expirar o respectivo prazo de prescrição e (ii) ECV 25.375 milhares relativos ao recebimento de 2% dos prémios dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil no âmbito do “Fundo de Garantia Automóvel”, que garante o pagamento de sinistrados não cobertos pelo seguro obrigatório de responsabilidade civil.

Nota 22 - Contas de Regularização Passivas

Quadro 67 - Contas de Regularização Passivas

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Custo a pagar	-43.581,1	-42.270,3
Receitas com proveito diferido	-13.482,2	-15.140,3
Outras contas de regularização passiva	-13.956,2	-7.328,2
Total	-71.019,5	-64.738,8

Fonte: BCV

A rubrica “Custos a pagar” inclui a especialização de custos com comissões a pagar sobre a gestão da carteira pelo Banco Central do Luxemburgo, no valor de ECV 8.030 milhares e de custos administrativos, no valor de ECV 35.551 milhares.

A rubrica “Receitas com proveitos diferidos” agrega as transferências de valores à guarda da conta Extrapatrimonial para Numismática.

A rubrica “Outras contas passivas a regularizar” inclui diversos valores aguardando a regularização para serem integrados nas respectivas contas no valor de ECV 10.745 milhares, rendas de propriedades, no montante de ECV 3.193 milhares e sobras de caixa, no valor de ECV 18 milhares.

Nota 23 - Capital Próprio

Quadro 68 - Capital

	Milhares de escudos				
	Saldo em 31/12/ 2007	Varição	Paga- mento di- videndos	Trans- ferências	Saldo em 31/12/2008
Capital Social	200.000,0				200.000,0
Reserva legal/geral	241.332,4			29.898,3	271.230,6
Reservas de reavaliação	500.586,5	147.315,5			647.902,1
Resultante de valorização ao justo valor	512.033,9	146.050,7			658.084,7
De activos financeiros disponíveis p/venda	512.033,9	146.050,7			658.084,7
De instrumento monetário	478.885,1	144.603,5			623.488,6
Obrigações do Tesouro	206.998,5	62.841,0			269.839,5
Títulos Consolidados de mobilização financeira	219.546,6	69.936,1			289.482,7
Outros	52.340,0	11.826,4			64.166,4
De instrumento não monetário	33.148,8	1.447,3			34.596,1
Fundo p/obras sociais	0,0				0,0
Reserva para pensões	0,0				0,0
Reservas associadas a diferenças cambiais	11.447,4	1.264,8			10.182,6
Outras reservas	0,0				0,0
Total Reservas	741.918,9	147.315,5	0,0	29.898,3	919.132,7
Resultado transitado	904.301,2				904.301,2
Resultado do exercício 2007	178.259,0		44.847,4	74.745,7	58.665,8
Resultado do exercício 2008		29.165,9			29.165,9
Capitais Próprios	215.875,7	118.149,7	44.847,4	44.847,4	244.331,5

Fonte: BCV

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital próprio do Banco ascende a CVE 244.331 milhares positivos, reflectindo os ajustamentos resultantes da variação do justo valor dos activos disponíveis para venda e a distribuição do resultado de exercício de 2007.

O resultado de 2007 foi aplicado de acordo com a proposta aprovada pelo Conselho de Administração e comunicada à Senhora Ministra das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, tendo-se transferido ECV 44.847 milhares para pensões de reforma.

Nos termos do artigo 57º da sua Lei Orgânica, o Banco deve anualmente constituir uma reserva geral, por transferência de 25% do resultado de cada exercício (quando a reserva não exceder o capital mínimo realizado) ou equivalente a um sexto do resultado líquido (quando a reserva exceder o capital mínimo e não exceder quatro vezes o capital realizado do Banco).

A transferência para reserva legal/geral refere-se exclusivamente à dotação correspondente a 25% do resultado líquido. A parcela de 25% foi transferida para o Estado, enquanto que o remanescente foi transferido para a conta de resultados transitados.

O Resultado de exercício de 2008 atinge CVE 29.166 milhares negativos e reflecte, essencialmente, à moderação no ritmo de crescimento da margem financeira relacionada com a queda nas taxas de juro no mercado internacional, aos prejuízos em operações financeiras resultantes da efectivação de operações cambiais em dólares americanos, que conhece uma depreciação nominal até Setembro de 2008 e à desvalorização de títulos

emitidos por não residentes, esta associada à crise económica e financeira internacional desencadeada nos EUA no verão passado.

Nota 24 - Juros e Proveitos Equiparados

Quadro 69 - Juros e Proveitos Equiparados

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Operações com o exterior		
Depósitos a Prazo	-755.821,6	-674.988,3
Títulos Estrangeiros	-486.991,6	-455.130,2
Outros	-9.907,2	-15.253,1
Total	-1.252.721,4	-1.145.370,6
Operações com residentes		
Títulos nacionais	-167.836,1	-141.938,4
Crédito ao Pessoal	-41.879,1	-46.872,1
Financiamento a Instituições Financeiras	-6.029,3	-1.394,8
Outros juros	-3.832,9	-4.628,1
Sub Total	-219.577,3	-194.833,4
Total	-1.472.297,7	-1.340.204,9

Fonte: BCV

A variação ocorrida em juros e proveitos no exercício de 2008 deve-se, sobretudo, ao reforço das reservas cambiais, pese embora a queda nas taxas de juro internacionais e à maior rentabilidade dos recursos do CVTF.

Os juros de financiamento a instituições financeiras reflectem juros de cedência de liquidez e juros de crédito suplemento concedida à SISP, no valor de ECV 5.985 e 44 milhares de escudos respectivamente.

A rubrica “Outros juros” de operações com residentes, no valor de ECV 3.833 milhares, traduz os juros referentes a crédito concedido à IFH, no valor de ECV 3.744 milhares, e juros de Leasing financeiro no montante de 89 milhares de escudos.

Nota 25 - Juros e Custos Equiparados

Quadro 70 - Juros e Custos Equiparados

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Responsabilidades para com o Exterior	7.359,0	8.448,0
Responsabilidades para com Residentes		
Responsabilidades para com IF	336.861,6	253.388,7
Responsabilidades para com o Estado	7.081,1	11.562,5
Total	351.301,7	273.399,3

Fonte: BCV

A rubrica “Responsabilidades para com o Exterior” inclui o valor de ECV 4.931 milhares referente aos juros para com o FMI, no âmbito do PRGF e os juros de atribuição acumulativa de Direitos de Saque Especiais - FMI, no montante de ECV 2.194 milhares.

A variação ocorrida em “Responsabilidades para com instituições financeiras” deriva dos juros das operações de absorção de liquidez e da emissão de Títulos de Intervenção e de Regularização Monetária pelo Banco para enxugar a liquidez excedentária existente no sistema.

A rubrica “Responsabilidades para com o Estado” inclui juros relativos ao stock financeiro, no valor de ECV 4.838 milhares e ECV 2.243 milhares relativos aos juros do *Millennium Challenge Account*⁴ (MCA).

Nota 26 - Rendimentos de Títulos

Quadro 71 - Rendimentos de Títulos

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
De activos titularizados emitidos por residentes	-169.733,0	-142.714,9
De activos s/ organismos internacionais	-801,7	-2.004,3
Total	-170.534,7	-144.719,1

Fonte: BCV

A rubrica “De activos titularizados emitidos por residentes” engloba os rendimentos dos TCMF detidos pelo Banco, enquanto que a rubrica “De activos s/ organismos internacionais” reflecte os dividendos do Afreximbank.

⁴ Os fundos do MCA foram concedidos pelo Governo norte-americano e são remunerados à taxa de juro da *Federal Reserve* deduzida de uma margem de 100 pontos base para denominações em USD e à taxa de facilidade de absorção de liquidez praticada pelo Banco de Cabo Verde para os denominados em CVE. A *Fed Funds rate* fixa-se, em 31 de Dezembro de 2008, num intervalo que varia entre [0 - 0,25%], enquanto que a taxa de absorção de liquidez situa-se em 2,75%, a partir de Outubro do corrente ano.

Nota 27 - Comissões e outros Proveitos e Lucros

A rubrica “Comissões e Outros proveitos e lucros” no valor de ECV 19.502 milhares representa as receitas provenientes da actividade de supervisão.

Nota 28 - Comissões e outros Custos Bancários

A rubrica “Comissões e outros custos” engloba ECV 32.597 milhares, referentes a Comissões pagas no âmbito do contrato de gestão de carteira assinado com o Banco Central do Luxemburgo.

Nota 29 - Lucros em Operações Financeiras

Quadro 72 - Lucros em Operações Financeiras

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Lucros em operações cambiais	-43.670,1	-18.051,9
Lucros em operações financeiras	-59.947,7	-496,2
Lucros em outros valores activos	-1.537,8	-2.107,8
Total	-105.155,6	-20.655,9

Fonte: BCV

A rubrica “Lucros em operações financeiras” reflecte os lucros em operações sobre outros activos (lucro de activos s/ exterior – descontos na aquisição de títulos estrangeiros e provenientes de venda de numismática e medalhística aos coleccionadores) e lucros obtidos em operações cambiais, que no período evidencia um aumento significativo em relação ao ano anterior, em resultado da apreciação nominal do dólar no último trimestre do ano.

Nota 30 - Prejuízos em Operações Financeiras

Quadro 73 - Prejuízos em Operações Financeiras

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Prejuízos em operações cambiais	224.820,2	164.046,3
Prejuízos em operações financeiras	649.530,0	85.626,9
Prejuízos em operações de futuros financeiros	-	-
Total	874.350,2	249.673,2

Fonte: BCV

A rubrica “Prejuízos em operações financeiras” reflecte os prejuízos em operações cambiais associados à depreciação do USD ocorrido até Setembro de 2008 e prejuízos em aplicações em títulos estrangeiros relacionados com os prémios pagos e com a desvalorização da carteira face à crise financeira internacional.

Nota 31 - Resultados em Empresas Associadas

Retrata a apropriação do resultado líquido da SISP na proporção da participação do BCV naquela instituição.

Nota 32 - Resultados de Reavaliação Cambial

Quadro 74 - Resultados de Reavaliação Cambial

(milhares de escudos)		
	2008	2007
Lucros não realizados em operações cambiais		
Lucros em reservas cambiais	-138.110,3	-
Prejuízos não realizados em operações cambiais		
Prejuízos em reservas cambiais	21.441,2	138.584,4
Total	-116.669,1	138.584,4

Fonte: BCV

Nota 33 - Resultado de Alienação de outros Activos

Esta rubrica reflecte as mais-valias realizadas na alienação do imobilizado.

Nota 34 - Outros Resultados de Exploração

Quadro 75 - Outros Resultados de Exploração

(milhares de escudos)		
	2008	2007
Outros custos de exploração		
Contribuição p/ assist. financeira internacional	2.821,9	1.068,6
Subsídios e Donativos	2.178,0	2.205,8
Outros	361,4	5.517,7
Outros proveitos e lucros operacionais	-13,0	-284,3
Total	5.348,3	8.507,8

Fonte: BCV

A rubrica “Contribuição para assistência financeira internacional” reflecte os custos suportados com a assistência financeira internacional, enquanto que a rubrica “Subsídios e donativos” agrega os apoios concedidos às actividades de carácter cultural e artístico e de promoção social.

Nota 35 - Custos com Emissão e Destruição de Notas e Moedas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Quadro 76 - Custos com Emissão e Destruição de Notas e Moedas

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Custos com emissão de notas e moedas	63.505,1	19.214,8
Custos com destruição de notas	733,8	643,3
Total	64.239,0	19.858,1

Fonte: BCV

Nota 36 - Custos com o Pessoal

Quadro 77 - Custos com o Pessoal

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Custos com o pessoal		
Remunerações		
De empregados	197.628	185.867
De órgãos de gestão e fiscalização	20.221	18.442
Sub Total	217.849	204.309
Outros custos		
Encargos sociais	219.814	211.644
Outros custos	58.141	60.172
Sub Total	277.955	271.816
Total	495.804	476.125

Fonte: BCV

Os custos com pessoal acusam um acréscimo de 4,0% face a 2007, o qual se deve à actualização salarial à taxa superior a de 2007, à política de promoção e progressão na carreira e ao reforço do quadro de pessoal.

Os “Encargos sociais” agregam os encargos sociais ordinários e facultativos, nos montantes de CVE 20.179 e 159.502 milhares, respectivamente, relativos à comparticipação do Banco e dos trabalhadores no activo, nos termos das normas vigentes na instituição, para fundos de pensões de reforma e de sobrevivência, bem como os encargos com assistência médica e medicamentosa, no valor de CVE 25.071 milhares.

Os encargos facultativos correspondem a 1,5 do valor das pensões pagas no exercício, enquanto os relativos à assistência médica e medicamentosa retratam a comparticipação da instituição para com os serviços clínicos contratados no país, para aquisição de medicamentos e para o reforço do fundo para tratamento de pessoal no exterior, cujo montante atinge CVE 6.516 milhares. Integram, ainda, outros encargos sociais, no valor de CVE 2.063 milhares, representando abonos de família aos empregados do quadro de pessoal do Banco, no valor de CVE 920 milhares, os subsídios de funeral, no montante de CVE 854 milhares e os custos com seguro de acidentes de trabalho, de CVE 289 milhares.

A rubrica “Outros custos - outros custos” abarcam os custos com formação e valori-

zação do pessoal, no montante de ECV 18.280 milhares, com a gestão do Fundo Social, no valor de CVE 27.018 milhares de escudos, dos quais CVE 20.442 milhares relativos à bonificação de taxas de juro e outros custos relativos ao pessoal, de CVE 1.237 milhares, relacionados com a melhoria das condições de salubridade dos locais de trabalho.

Nota 37 - Fornecimentos E Serviços De Terceiros

Quadro 78 - Fornecimentos e Serviços de Terceiros

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Fornecimentos de terceiros		
Água e electricidade	9.888,6	8.628,2
Material de consumo corrente	3.777,5	3.627,1
Material informático	3.145,8	4.807,8
Outros	3.728,4	4.998,5
Sub Total	20.540,2	22.061,7
Serviços de terceiros		
Honorários	41.283,1	68.335,5
Comunicações	18.278,9	18.802,3
Serviços especializados	12.780,7	10.355,0
Deslocações, estadias e representações	11.992,0	8.717,1
Conservação e reparação	10.937,4	6.328,9
Publicidade e edições	3.716,6	7.732,2
Outros	15.326,8	11.660,8
Sub Total	114.315,6	131.931,8
Total	134.855,8	153.993,5

Fonte: BCV

O saldo de “Honorários” inclui serviços de advogados no montante de ECV 1.701 milhares, os custos com os serviços de auditoria e consultoria no valor de ECV 38.438 milhares de escudos, no âmbito dos projectos de convergência do Banco e do Sistema Bancário para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, do Desenvolvimento do Sistema Financeiro, da Gestão Electrónica de Documentos, bem como da Elaboração do Plano Previsional de Gestão de Recursos Humanos, entre outros.

Nota 38 - Contas Extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2008, apresentavam a seguinte discriminação:

	2008	2007
Garantias e avales prestados	2.500	2.500
Valores recebidos em caução	204.653	204.653
Valores recebidos em depósito	47.172.299	49.381.903
Outras contas extrapatrimoniais	74.743.988	80.383.271
Contas de regularização	87.657	87.616

A rubrica “Valores recebida em caução” diz respeito a hipotecas recebidas em garantia de empréstimos concedidos, decorrentes do processo de separação do Banco Comercial do Atlântico.

A rubrica “Valores recebidos em depósito” inclui: (i) os títulos desmaterializados emitidos pelo Estado de Cabo Verde (OT, BT e TCMF), (ii) as promissórias do Estado a favor de organismos internacionais, e (iii) os títulos de participação no Cabo Verde *Development Trust Fund*.

A rubrica “Outras contas extrapatrimoniais” inclui um valor de ECV 73.926.940 milhares referente a notas e moedas prontas a emitir, que se encontram nos cofres do BCV.

A rubrica “Contas de Regularização” regista o saldo líquido de valores activos e passivos decorrentes do processo de cisão ocorrido em 1993, onde foram destacadas do Banco, as vertentes comercial e desenvolvimento, que deram origem ao Banco Comercial do Atlântico em 1993. Naquela data, os valores encontravam-se em balanço a aguardar regularização tendo sido decidido pelo Conselho de Administração retirar o saldo líquido dos valores activos e passivos do Balanço, por utilização de uma provisão, tendo sido relevados em extrapatrimoniais, por forma a reflectir os direitos e responsabilidades inerentes ao BCV.